



Posição do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda

Início do ano letivo 2024-2025

A escola é um serviço público essencial como direito fundamental de crianças e jovens, no âmbito da escolaridade de 12 anos e também na designada primeira infância, que ainda não integra o sistema educativo português.

Durante pelo menos 20 anos houve um desinvestimento crónico na Educação, em equipamentos, recursos, docentes e diferentes profissionais. Os problemas acumularam-se.

As notícias de que se reforçarão as verbas para os privados, que a rede de creches e jardins de infância em falta terá como base o sistema solidário e particular, a revisão das propinas, entre outras orientações do MECI, alertam-nos para a não resolução estrutural dos problemas, mas apenas o financiamento dos privados com recursos públicos.

Neste momento é preocupante que a falta de professores tenha como consequência o aumento de alunos por turma, com perda de condições de ensino/aprendizagem.

O GTEDu BE constata, neste início de ano letivo o seguinte:

Creches

Nas creches as vagas continuam a ser muito insuficientes. A transferência financeira para o setor social é um remendo à situação. Há, por exemplo, edificado público, como as antigas escolas primárias, que poderiam estar já a ser reabilitados para construir a urgente rede pública de creches. Considerando a sua importância, as creches devem integrar o sistema Educativo.

Pré Escolar e 1º Ciclo

Continuam a ser flagrantes as injustiças que sofre a monodocência, nomeadamente em reduções letivas (arti.º 79 do ECD), carga letiva (25 horas em vez das 22 dos restantes níveis de ensino) e calendário escolar mais extenso, sem que isso seja compensado na idade da reforma, ou de outra forma. A vida dos professores em monodocência: trabalham mais horas e têm menos direitos. Chegam ao fim de 40 anos de serviço com mais anos de



trabalho do que os seus colegas. Para a monodocência pretende-se a equidade com os seus pares dos restantes ciclos de ensino.

2º e 3º ciclos

A Cidadania e Desenvolvimento está esvaziada de sentido. Deverão ser revistas as prioridades dos temas tratados e tornar transversal a cidadania e a educação para os valores e princípios civilizacionais. O DL 55/2018 carece de avaliação urgente.

Ensino Secundário

No ensino secundário continua divisão anacrónica em cursos que não refletem o mundo em mutação e a interligação do conhecimento, com necessidade de desenvolver capacidades e valores. Em três anos os alunos e alunas são formatados para o desempenho em exames nacionais, que continuam a servir apenas para seriar na entrada do ensino superior, contaminando o secundário com uma competição pela nota e resultados, deixando o essencial para segundo plano.

Utilização de telemóveis

Um amplo debate sobre a utilização dos dispositivos móveis deve ser defendido. Proibir nunca será a solução e há, de facto, utilizações pedagógicas destas ferramentas. Cada escola, em consenso entre toda a comunidade educativa deve encontrar o seu caminho, que permita uma vivência social e escolar saudável.

Ensino Superior

O ensino superior está numa crise seríssima: faltam os recursos financeiros, os “mini cursos” de Bolonha não preparam com a profundidade científica necessária, a geração melhor qualificada de sempre é “convidada” a emigrar, o RJIES é diretamente responsável pela falta de profissionais nas instituições e os problemas na carreira.

O governo sugeriu já o descongelamento das propinas, um encargo mensal significativo para muitas famílias, sem ter resolvido o problema do alojamento estudantil, nem tomado medidas estruturais de intervenção e regulação no mercado habitacional, que, todos os anos, tem levado milhares de alunos e alunas a abandonar o ensino superior por dificuldades financeiras. A ação social continuará, previsivelmente, a não chegar a toda a gente que dela precisa.

A precariedade estrutural nas carreiras de docentes e, sobretudo, de investigadores continua sem fim à vista, com o governo a pôr de lado a necessária transformação do sistema científico e académico pela valorização do trabalho, segurança laboral, proteção social e salários dignos.



Este tipo de medidas acentua as desigualdades e, para além de empurrar muita gente para fora do ensino superior, continua a promover o ensino privado com consequências sérias na igualdade e universalidade do acesso.

A par dos entraves económicos à igualdade de acesso e da precarização do trabalho na academia, as vagas intencionalmente do executivo PSD/CDS/PPM sobre a revisão do RJIES, que já vai atrasada em 12 anos, não vão no sentido de repor a real representatividade democrática na gestão das instituições, nem de acabar com a empresarialização - introduzida pelo RJIES - de um espaço que deveria estar orientado para o conhecimento, o desenvolvimento social e a prática cidadã.

Inclusão

A população escolar aumentou pela primeira vez em 10 anos, com mais 15 mil alunos e alunas num ano. Estes números devem-se à Imigração. É urgente desenvolver projetos de acolhimento e apoio com ação social escolar, mediadores culturais e docentes em cada contexto, com os recursos necessários.

A Língua Portuguesa Não Materna não pode ter as limitações atuais com limite mínimo de formação de grupos/turmas. As escolas deverão ter autonomia para criarem as turmas necessárias.

Sendo a escola para todos e a ela chegando os problemas sociais e do meio, são cada vez mais necessárias equipas multidisciplinares de professores especializados, psicólogos, mediadores, assistentes sociais, técnicos de saúde escolar e assistentes operacionais, fundamentais não só para a inclusão como também para a prevenção do *bullying* e outras formas de violência

Assistentes Operacionais

Verifica-se carência de Assistentes Operacionais, com falta de acompanhamento dos alunos nos espaços escolares e os docentes sem apoio.

Sendo um recurso educativo fundamental, é importante terem um estatuto mais valorizado com uma carreira digna, formação e um estatuto de Auxiliares de Ação Educativa.

A presença de adultos nos vários espaços do edificado escolar é uma medida básica de prevenção de todas as formas de violência e indisciplina.

Falta de Docentes

Estima-se que, no início deste ano letivo, 178 mil alunos e alunas estão sem aulas a pelo menos uma disciplina, mais 30% que no ano passado. A falta de docentes é uma realidade que se prevê cada ano mais premente, considerando que em seis anos já abandonaram a profissão 14 500 mil professores, sendo 10 mil nos últimos 3 anos, prevendo-se que em



2024/2025 possam ser cinco mil, sem que sejam substituídos por novos, que se estimam sejam cerca de 2 mil por ano (dados de 2022).

O Plano deste Governo propõe medidas remediativas, com sobrecarga para os docentes como horas extras aumentadas, uma turma fantasma a mais, adiar reformas ou voltar ao ensino. Surge a possibilidade de bolseiros e outros sem habilitação, poderem lecionar. As alterações em concursos e contratações não consideram soluções estruturais.

A motivação para a carreira docente carece de respeito e valorização económica. É preciso o apoio a todos os professores deslocados, para ser compensador.

Os professores deslocados devem ser TODOS/AS apoiados/as seriamente, nomeadamente na sua estadia.

É necessário o reconhecimento da profissão docente como de desgaste rápido pelo stress e esforço que promove. Há cada vez mais situações de burnout, por excesso de trabalho e problemas psiquiátricos decorrentes da violência a que são sujeitos, também porque o devido exercício da autoridade é desrespeitada.

Carreira Docente

A carreira tem de ser totalmente acessível a todos, sem congelamentos nos dois escalões tampão; a precariedade tem de acabar; os horários completados, as deslocações devem ser apoiadas com valores dignos e os vínculos acelerados.

As condições de trabalho melhoradas, os horários sem sobrecarga e os salários mais compatíveis com a dignidade da profissão, bem como a promoção da valorização e reconhecimento da profissão em termos gerais.

Os docentes devem ser TODOS reposicionados na carreira de acordo com o seu real tempo de serviço, corrigindo desigualdades e ultrapassagens decorrentes de diversas más opções tomadas ao longo dos anos.

A devolução do tempo de serviço congelado está a deixar de fora milhares de profissionais, nomeadamente os que já se reformaram e os que estão à beira da reforma, que não irão reaver todo ou parte do tempo, com reflexos no cálculo da reforma.

Para além destes, verifica-se a obrigatoriedade de permanecer um ano em cada escalão, o que atrasa vários anos a progressão e a devolução do tempo, com menos tempo nos escalões superiores e conseqüente penalização da reforma.

Para uma devolução justa e equitativa, todos os professores deveriam receber a totalidade do tempo e, caso se reformasse entretanto ou já estiverem aposentados, ter uma compensação no cálculo da reforma pelo tempo em falta, ou a criação de um 11º escalão



temporário para que todos possam efetivamente receber o tempo congelado na totalidade.

Investimento

Numa altura em que se discute o Orçamento de Estado, volta a ser importante lembrar que as organizações internacionais aconselham um investimento em Educação na casa dos 6% do PIB, enquanto Portugal não passa de metade.

Isto reflete-se na qualidade das escolas, nas carreiras dos profissionais, mas também na criação de condições para o desenvolvimento integral do aluno, conforme aponta o PASEO, de forma a que haja equipas, apoios adequados, espaços condignos e atrativos, bem como equipados para a descoberta e a diversidade de áreas a desenvolver.

A Escola precisa de Gestão Democrática bem como o Estatuto do Aluno, para que todos possam efetivamente ter vivências de democracia e liberdade.

Ensino Artístico

O MECI não realizou atempadamente os concursos Interno e Externo (de periodicidade anual e regulados pelo Anexo ao DL n.º 94/2023) para as áreas do EAE da Música e da Dança, condicionando o início de ano letivo nas escolas públicas com esta oferta educativa. O concurso foi aberto apenas no dia 22 de agosto e os seus procedimentos só terminarão na 1.ª quinzena de outubro (esta é uma previsão presente nos avisos de abertura que vai sendo posta em causa por mais atrasos procedimentais por parte do Ministério) deixando o preenchimento de 151 vagas (144 no concurso externo e 7 no concurso Interno) adiado, não por falta de professores mas por incúria do MECI.

A anormalidade deste início de ano letivo (teremos, por exemplo, os professores colocados no Concurso Interno a mudarem de escola ao longo do 1.º Período, após terem já iniciado as atividades letivas numa outra) está a ser camuflada pela ilegalidade, com a excepcional prorrogação dos contratos dos 144 professores que reúnem as condições para vincular (os candidatos de 1.ª prioridade no Concurso Externo).

Tal prorrogação é não só injusta mas também ilegal, pois adia o direito à entrada e reposicionamento na carreira docente e prolonga a precariedade a docentes que, hoje, já ultrapassaram o limite temporal máximo da contratação a termo.

Nas escolas artísticas das artes visuais e dos audiovisuais (António Arroio, em Lisboa, e Soares do Reis, no Porto) a situação é mais grave. Embora também se lhes aplique, desde outubro de 2023, a mesma legislação de recrutamento de docentes (Anexo ao DL n.º 94/2023), não foram tomadas medidas para operacionalizar os Concursos Externo e Interno para este ano letivo. Neste caso, e após décadas em que os docentes destas escolas andavam reféns de vontades políticas que iam criando ocasionais e insuficientes concursos extraordinários, agora o extraordinário é verificar que o MECI não cumpre a legislação.



Os docentes do curso básico de Teatro (criado em 2022 pela Portaria n.º 65/2022), continuam ainda sem um regime específico de concursos e de acesso à carreira devido à inexistência de grupos de recrutamento para as disciplinas que lecionam - Técnicas de Interpretação Teatral: Interpretação, Improvisação (Movimento), Voz; Técnicas de Produção Teatral. Para resolver este problema é urgente a criação de um grupo disciplinar.

Ensino de Português no Estrangeiro (EPE)

O EPE continua a ser o parente mais pobre do sistema educativo português sobretudo desde que passou para a tutela do Instituto Camões e do MNE. A falta de atratividade da carreira, ainda mais grave para os professores que vão para outros países, e o envelhecimento do corpo docente tem vindo a fazer com que, de ano para ano, o número de professores EPE reduza substancialmente.

Por outro lado, o número de alunos que podem aprender em língua portuguesa e/ou português tem vindo a diminuir drasticamente anos após ano. Os manuais para estes alunos não são gratuitos e é necessário pagar uma propina mensal. O EPE é essencial na diáspora portuguesa tendo em vista a manutenção dos laços culturais com Portugal e um eventual regresso ao país.

Aspetos a considerar nas atuais negociações com o MECI

1. **O processo de reposição do tempo congelado** causa muita perturbação na escola e nos serviços desde agosto. Plataforma desadequada, processo complexo em cima da abertura do ano e conflitos com bonificações, ano de permanência e tempo do acelerador, entre outras especificidades. Ficam por resolver os milhares de docentes que não irão ter a devolução total ou parcial do tempo, com consequências na sua reforma.
2. **Apoio a professores deslocados**, apesar dos valores aumentados mantém-se a desigualdade, pelo que todos deveriam ser apoiados. Os critérios de prioridade não abrangem todas as escolas carenciadas e as distâncias medidas, têm critérios economicistas e reduzirão em muito os/as professores/as abrangidos/as, para além da possibilidade de deslocamento de professores/as que concorram para essas escolas, abrindo o problema em outras que não o tinham.
3. **Concurso de vinculação extraordinária** a lançar, manifestamente fora de tempo, pretende minimizar ao máximo as vagas ainda em aberto. Pode criar novas ultrapassagens para professores de carreira que não puderem concorrer. É mais um remendo que não resolve a falta de atratividade da carreira e as condições de trabalho dos professores (salários dignos e apoios à deslocação).
4. As negociações vão continuar, faltam assuntos importantes como a **valorização da carreira** para atrair docentes e os horários sobrecarregados; ainda como se vai processar a profissionalização dos docentes apenas com habilitação própria que estão a ser colocados, e outros temas que concorram para uma resolução mais estrutural da



falta de docentes, dado que as medidas atuais não serão suficientes para resolver os problemas.

5. **Alteração do ECD** vai estar em discussão. Há a preocupação de que não sirva para melhorar as condições de trabalho, mas sim para alterar horas extraordinárias, reduções do artigo 79, alunos por turma, funções não letivas limitadas para aumentar as letivas, habilitações exigidas, entre outros assuntos. Era importante ver a questão da monodocência conjugada com o que está no programa de governo da junção de ciclos. Falta de equidade entre docentes dos vários níveis de ensino. No entanto temem-se alterações penalizadoras para os profissionais.
6. **Gestão democrática.** Na revisão do ECD seria importante tornar as escolas mais democráticas em termos de gestão, mas teme-se que isso não vá sequer discutido. Pelo contrário, tudo indica que haverá a perpetuação da figura do diretor, com uma carreira diferente da dos professores, comprometendo qualquer tentativa de democratizar a escola.

Grupo de Trabalho de Educação do Bloco de Esquerda
15 de setembro de 2024